

**PREFEITURA DE PETRÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO**

Petrópolis, 09 de dezembro de 2021.

GP nº **1459**/2021

Ref: PRE LEG 583/2021

**Razões de Veto**

Senhor Presidente Interino,

Dirijo-me a Vossa Excelência, acusando o recebimento do Ofício PRE LEG 583/2021, com autógrafo de Lei do Projeto de Lei CMP nº 5221/2021 que **“DENOMINA ‘SERVIDÃO JOSÉ LUIZ ALVES’ O LOGRADOURO PÚBLICO LOCALIZADO NO BAIRRO ESTRADA DA SAUDADE”**, de autoria do Vereador Dudu.

Não obstante a louvável intenção legislativa, restituo cópia do autógrafo e comunico que **VETEI INTEGRALMENTE** o referido Projeto, consoantes as razões em anexo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração.

HINGO  
HAMMES:07876595766

Assinado de forma digital por HINGO  
HAMMES:07876595766  
Dados: 2021.12.09 17:19:28 -03'00'

**HINGO HAMMES**

*Prefeito Interino*

Exmo. Sr.

**VEREADOR FRED PROCÓPIO**

Presidente Interino da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS  
Protocolo - Setor Legislativo

09 DEZ 2021

9647 - -

N.º



**PREFEITURA DE PETRÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO**

**RAZÕES DE VETO AO PROJETO DE LEI Nº  
5221/2021 - PRE LEG 583/2021, DE AUTORIA DO  
VEREADOR DUDU, QUE “DENOMINA  
‘SERVIDÃO JOSÉ LUIZ ALVES’, O  
LOGRADOURO PÚBLICO LOCALIZADO NO  
BAIRRO ESTRADA DA SAUDADE”.**

Não obstante a importância da matéria do referido Projeto, fui levado à contingência de opor veto total ao projeto aprovado, conforme as razões a seguir expostas:

O presente projeto pretende denominar Servidão José Luiz Alves o logradouro público localizado no bairro Estrada da Saudade.

É fato notório que a legislação sobre parcelamento do solo é vasta, com instrumentos normativos nas esferas federal, estadual e municipal. Tal arcabouço jurídico visa propiciar um adequado ordenamento territorial e um meio ambiente equilibrado, cuja proteção é inclusive constitucional, podendo se citar como exemplos o inciso VIII do art. 30, o art. 182 e art. 225 da Magna Carta, como se vê:

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*(...)*

*VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;*



**PREFEITURA DE PETRÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO**

*Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.*

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”*

Nesse contexto o autor Kiyoshi Harada esclarece que:

*“[...] a execução do **plano urbanístico pressupõe planejamento prévio do desenvolvimento da cidade**, em termos de distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e da área sob sua influência. Sem isso, o Poder Público não teria como corrigir ou evitar as naturais distorções que surgem com o crescimento da cidade, causando danos ao meio ambiente. **O planejamento urbano abarca, pois, um campo bastante amplo, desde oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transportes e serviços públicos adequados, até a ordenação e controle do uso e ocupação do solo urbano.**” (grifos acrescidos).*





**PREFEITURA DE PETRÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO**

Por sua vez, a Lei Orgânica do Município prevê, em seu artigo 37, inciso XII o seguinte:

*“Art. 37. Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, exceto quando se tratar de leis orgânicas, dispor sobre as matérias de competência do Município e, especialmente:*

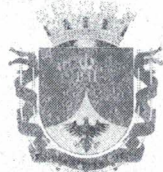
*(...)*

***XII - atribuir denominação a próprios, vias e logradouros públicos;”.***

Desta forma, o objeto da propositura do Vereador Dudu encontra-se de acordo com o previsto na Lei Orgânica.

No entanto, o que se verifica na proposta que objetiva denominar “Servidão José Luiz Alves” o logradouro público localizado no bairro Estrada da Saudade, é a existência de óbice intransponível ao êxito da iniciativa, uma vez que, conforme informação da Secretaria de Obras, Habitação e Regularização Fundiária, Ofício nº 1098/2021/SOHRF, a Engenheira Civil Samara Zappala, do Departamento de Obras Públicas constatou que “Tal logradouro possui comprimento da ordem de 145,00m (cento e quarenta e cinco metros) e largura média de 0,90m (noventa centímetros), sem infraestruturas executadas de: drenagem e iluminação pública. Pavimentação executada em apenas 39,00m (trinta e nove metros) da extensão total do caminho (...)





**PREFEITURA DE PETRÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO**

**Diante do exposto, este Engenheiro Civil se opõe ao pleito.”**

*(grifo nosso).*

Nesse diapasão, baseado na manifestação do Secretário de Obras, Habitação e Regularização Fundiária, “o logradouro NÃO PODE receber a denominação”.

Desta forma, com base nas informações prestadas tanto pela Engenheira do Departamento de Obras Públicas, quanto pelo Secretário de Obras, Habitação e Regularização Fundiária através do Ofício nº 1098/2021/SOHRF, e ainda, com base no disposto na Constituição Federal, como já mencionado, conclui-se que o referido logradouro não reúne condições de receber denominação oficial.

Deste modo, resto-me impedido a outorgar sanção ao referido Projeto, sendo obrigado **a vetá-lo integralmente, nos termos do art. 64 § 1º da Lei Orgânica Municipal.**



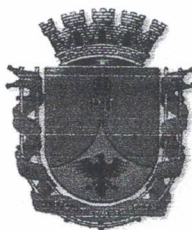
**PREFEITURA DE PETRÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO**

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração.

Assinado de forma digital por  
HINGO HAMMES:07876595766 HINGO HAMMES:07876595766  
Dados: 2021.12.09 17:19:40 -03'00'

**HINGO HAMMES**

**Prefeito Interino**



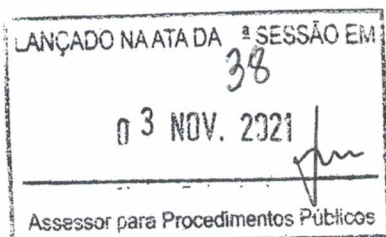
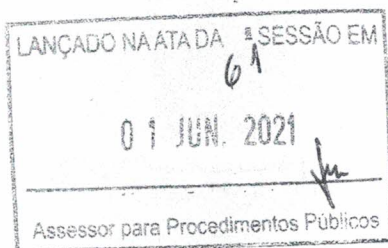
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**GABINETE DO VEREADOR DUDU**

LIDO

EM: 01/06/21

*[Signature]*  
SECRETÁRIO

PROJETO DE LEI  
PROTOCOLO LEGISLATIVO  
PROCESSO Nº 5221/2021



DENOMINA "SERVIDÃO JOSÉ LUIZ ALVES" O LOGRADOURO PÚBLICO LOCALIZADO NO BAIRRO ESTRADA DA SAUDADE.

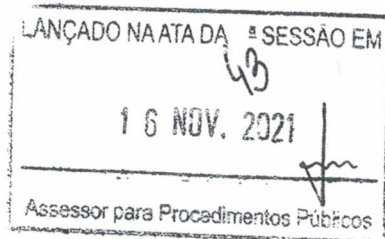
Art. 1º - Fica denominado "Servidão José Luiz Alves", o logradouro público de 145 metros de extensão, localizado na Rua Silvino Rodrigues Santos, nº 453, no bairro Estrada da Saudade.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

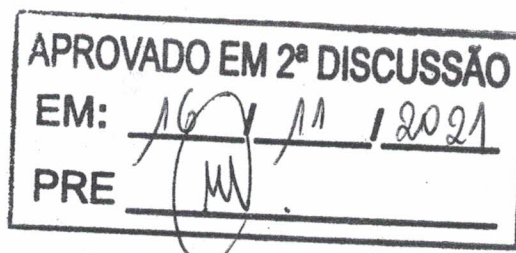
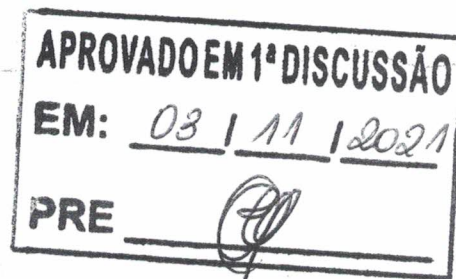
**JUSTIFICATIVA**

Tal medida se faz necessária, pois conforme a solicitação dos moradores, através do abaixo-assinado anexado, trará benefícios, além de ser uma homenagem ao morador mais antigo do local.

Sala das Sessões, 20 de Maio de 2021



*[Signature]*  
**DUDU**  
Vereador





AO SENHOR EXCELENTÍSSIMO S.R. PREFEITO HINGO HAMMES

A/C: FÁBIO JUNIOR DA SILVA


NÓS, MORADORES DO BAIRRO ESTRADA DA SAUDADE, VIEMOS SOLICITAR O NOMEAMENTO DA SERVIDÃO PELOS SEGUINTE MOTIVOS: MELHORIA DE ACESSO À SERVIDÃO QUANTO À PAVIMENTAÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA JÁ QUE EM NOSSA SERVIDÃO RESIDEM DEFICIENTES FÍSICOS, VISUAIS E IDOSOS.

SUGERIMOS COMO LOGRADOURO O NOME DO MORADOR MAIS ANTIGO E JÁ FALECIDO JOSÉ LUIZ ALVES. CERTOS DE PODERMOS CONTAR COM A COMPREENSÃO DE VOSSA EXCELÊNCIA NO QUE SE REFERE A NOSSA SOLICITAÇÃO, DESDE JÁ AGRADECEMOS.

NOME	CPF OU RG
José Rodrigo do Espírito Santo Lima	102.964.117-77
Isabela de Oliveira Nascimento Ferreira	054.821.547-26
Neylan da Silva SDA	137.128957-76
MICHAEL ELDER	744.809.657-00
Camila da S. Santos	124.011.69876
Pedro Paulo A. Geronazzo	150.240.987-98
Thiago Passos Fernandes	104.089.889-46
Isabela Corralho da S. Teixeira	173.666.494-24
Bernice Simas	585.254.677-25
Deolinda Sarte	579919734.
Monice do Santos	098.567.287-03
Bruno B. Almeida	136.962.917-65
Cláudio Alves	187.658.827-68
Marcelo Antonio da Silva Sabu	828.930.717-91
Vagner de Oliveira Lima	086193117-35
Lucia Daura	346989066-68
Amiel A.M. Silva	054.780.767-83
José das C. Maciel	235.827.677.3C.
Kerim Obelade da Souza	210.210.997-67

\*MEDIDAS DA SERVIDÃO: 145 METROS DE COMPRIMENTO X 3 METROS DE LARGURA.

CASO SEJAM NECESSÁRIOS MAIORES INFORMAÇÕES ESTAMOS A DISPOSIÇÃO NO NÚMERO; (24) 98859 7433, JOSÉ RODRIGO.

CMP N°	5227121
FOLHA N°	2
	
SERVIDOR	



AO SENHOR EXCELENTÍSSIMO S.R. PREFEITO HINGO HAMMES

A/C: FÁBIO JUNIOR DA SILVA

NÓS, MORADORES DO BAIRRO ESTRADA DA SAUDADE, VIEMOS SOLICITAR O NOMEAMENTO DA SERVIDÃO PELOS SEGUINTE MOTIVOS: MELHORIA DE ACESSO A SERVIDÃO QUANTO À PAVIMENTAÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA JÁ QUE EM NOSSA SERVIDÃO RESIDEM DEFICIENTES FÍSICOS, VISUAIS E IDOSOS.

SUGERIMOS COMO LOGRADOURO O NOME DO MORADOR MAIS ANTIGO E JÁ FALECIDO JOSÉ LUIZ ALVES. CERTOS DE PODERMOS CONTAR COM A COMPREENSÃO DE VOSSA EXCELENCIA NO QUE SE REFERE A NOSSA SOLICITAÇÃO, DESDE JÁ AGRADECEMOS.

NOME	CPF OU RG
Daiana S. Alb.	20.842.314-5
José Luiz Alves	152.630.467-82
Roberto Lourenço de Melo	122.168.221-08
Edson Luiz Alves	08550598/24
Rosemere Dias da Silva	127.290.187.43.
Julia da Conceição Francisco	00950701727
Andréa Juliana da Conceição Francisco	100.811.937.11
Wagner Gomes Rosa	147.304.6840
Rosália B. Fortes da Silva	846.111.897.91
Maria de Jesus Teixeira	881-569-747-00
Glória Rosa de V. M. B.	27741338404
Severino Gomes	036.251.457-74
Wellington Gomes	130082757-29
ANA CECILIA TONI	336.263.444-43
Alan Machado	056.063.077-82
Sabrina da Silva	102.416.367.95
Valéria Lucia Cortezio B.	128-777-107-46
Marcelo Machado da Silva	063-890-557-24
Victor Hugo M. da Silva	126.078.947-61
Priscila Amadorado	113.249.247.56
Antonio Amadorado	833.573.7715

CMP Nº 5221/21  
FOLHA Nº 3  
SERVIDOR



AO SENHOR EXCELENTÍSSIMO S.R. PREFEITO HINGO HAMMES

A/C: FÁBIO JUNIOR DA SILVA


NÓS, MORADORES DO BAIRRO ESTRADA DA SAUDADE, VIEMOS SOLICITAR O NOMEAMENTO DA SERVIDÃO PELOS SEGUINTE MOTIVOS: MELHORIA DE ACESSO À SERVIDÃO QUANTO À PAVIMENTAÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA JÁ QUE EM NOSSA SERVIDÃO RESIDEM DEFICIENTES FÍSICOS, VISUAIS E IDOSOS.

SUGERIMOS COMO LOGRADOURO O NOME DO MORADOR MAIS ANTIGO E JÁ FALECIDO JOSÉ LUIZ ALVES. CERTOS DE PODERMOS CONTAR COM A COMPREENSÃO DE VOSSA EXCELÊNCIA NO QUE SE REFERE A NOSSA SOLICITAÇÃO, DESDE JÁ AGRADECEMOS.

NOME	CPF OU RG
Primo Teixeira Gomes	130.082.707-60
Lorraine Machado Feliciano Guimarães	143.861.967-13
Rogério B. Pereira	026.061.637-95
João dos Santos S. Marques	179-176-157-74
Melhor dos Santos Zieiro	117-806-157-44
Rio dos Santos S. Marcos	190.232.014-44
ASSIS DOCA LOURENÇO	651432057
FELIPE B. MURTO	130.434.537-86
Em Castorio.	
Maria Alice P. Mota	
Gabriel F. Madruga	15859787790
Rodrigo F. Dias	115.702.837-37
Maria Angella R. de A.	006.731587-99
Rodrigo A. M. de A.	122449268-36
Reginaldo C. do Carmo	05299152754
Cláudio C. C.	09503245-1
João F. de A.	07602009769
Felipe P. do A.	
Anderson Telles	016-063-807-02

\*MEDIDAS DA SERVIDÃO: 145 METROS DE COMPRIMENTO X 3 METROS DE LARGURA.

CASO SEJAM NECESSÁRIOS MAIORES INFORMAÇÕES ESTAMOS A DISPOSIÇÃO NO NÚMERO; (24) 988597433, JOSÉ RODRIGO.

CMP N°	5221/21
FOLHA N°	8
	
SERVIDO	





Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral de Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
EDNO-32529 EOT  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**CERTIDÃO DE ÓBITO**

NOME  
**JOSÉ LUIZ ALVES**

MATRÍCULA

**091306 01 55 2021 4 00125 164 0069356 66**

CPF  
**476.967.377-91**

SEXO  
**Masculino**

COR  
**Parda**

ESTADO CIVIL E IDADE  
**Viúvo, 70 anos de idade.**

NATURALIDADE  
**Petrópolis - RJ**

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO  
**Identidade: 00053544084 - DETRAN-RJ.**

ELEITOR  
**Ignora-se**

RESIDÊNCIA E RESIDÊNCIA

**Filho de José Joaquim Alves e Generosa Antonia Alves. Residente na Estrada FCO Peixoto Costa, 779, C 2, Bela Vista - Petrópolis - RJ. CEP: 25600-000. x-x-x**

DATA E HORA DO FALECIMENTO  
**vinete de fevereiro de dois mil e vinte e um às 20:58h.**

DIA  
**20**

MES  
**2**

ANO  
**2021**

LOCAL DO FALECIMENTO  
**Hospital Alcides Carneiro, Petrópolis - RJ.**

CAUSAS DO FALECIMENTO  
**Câncer de Prostata metastático; Hipertensão arterial. x-x-x**

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO)  
**Sepultamento: Cemitério Municipal de Petrópolis - RJ.**

DECLARANTE  
**Marilza Américo da Silva**

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO  
**Amry Gil Ferreira - CRM 01165291.**

OBSERVAÇÕES / ANOTAÇÕES A ACRESCER

A declarante informou que o falecido era seu companheiro apresentando Escritura de União Estável, lavrada no L: 740, Fls: 022; Ato: 014 do Cartório do 4º Ofício de Notas da Comarca de Petrópolis - RJ. Consta Campo V - Campo 38: Sim; Campo 39: Não. Foi apresentada Guia de Óbito nº. 30274640-4. Deixou 3 filhos(as) maiores e 1 menor. Deixou bens. Não deixou testamento. Nº do benefício: IGNORADO. Registro feito no Livro C-00125, Folha 154, Tomo 69356. x-x-x

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	00053544084	21/12/2018	DETRAN	19/12/2021
PIS / NIS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA / SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	---	---	---	---
Cód. Residência	25600-000		Grupo Sanguíneo	---

As anotações de cadastro acima não dispensam a parte interessada da apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para a identificação de seu portador.

RCPN do 2º Distrito do Município de Petrópolis  
Sérgio Kleber Cordeiro  
Petrópolis - RJ  
Rua Marechal Mauricio José Cardoso, 100,  
Corréas, Petrópolis - RJ. Tel: 24-22213666  
certidao.cartorio@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Petrópolis, 21 de fevereiro de 2021

PNº 5221/21  
ALHA Nº 5

Ana Paula do Nascimento Ferreira-Escrevente

Ana Paula do N. Ferreira  
Escrevente  
Mat. 94/18057

Arpen RJ - AA009531945 - P

Veja os tempos de viagem, o trânsito e os lugares por perto

Google

DGF Mecânica

R. Veridiano Félix

TI

Restaurante Mãe e Filhas  
Para viagem - Entrega

Casa De Maria  
Comunidade São

Escola Municipal  
Jorge Amado

Mercearia Pedreira

R. Silvio Rodrigues dos Santos

Smart Service Ti

Ladeira João Ventura Torres

JF Calafate Sinteco

Vila Santos  
Caminho do Temistocles

Pad + << >> >

Vila Acrício Pecanha

Google



CMP N°	5221/21
FOLHA N°	6
SERVIDOR	





## FOLHA PARA INFORMAÇÕES

ANEXADA AO PROCESSO Nº 5221 / 2021  
ANO

FOLHA Nº 1

Rubrica do Funcionário

Este processo contém 7 folhas Ao Expediente p/ providências — Em 20.05.2021 —	Marques Talita Marques Estagiária
Ana Carolina Moreira Estagiária	Ao Expediente como pronto para votar. — Em 16.08.2021 —
Lido em 01/06/21. Ao diretor DL para providências, em 01/06/21.	Fernanda Rocha Giroud Chefe do Setor de Apoio às Comissões Mat. 820.1202
Yana C. Oliveira Estagiária	APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO. Em 03/11/2021.
Cao Setor A. C. após a LUPUS. Em: 21/06/2021.	Matheus Sindorf Estagiário
Hugo da Costa Bento Diretor Legislativo Mat. 882.016/09	Ofício pre-leg 583/21 em 18/11/21.
	Yana C. Oliveira Estagiária
Ao Presidente da comissão de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento da Sala Política Urbanística e Habitação para designar relator. — Em 02.06.21 —	
	Fernanda Rocha Giroud Chefe do Setor de Apoio às Comissões Mat. 820.1202
Ao Presidente da comissão de Constituição de Justiça e Redação para designar relator. — Em 08.07.21 —	



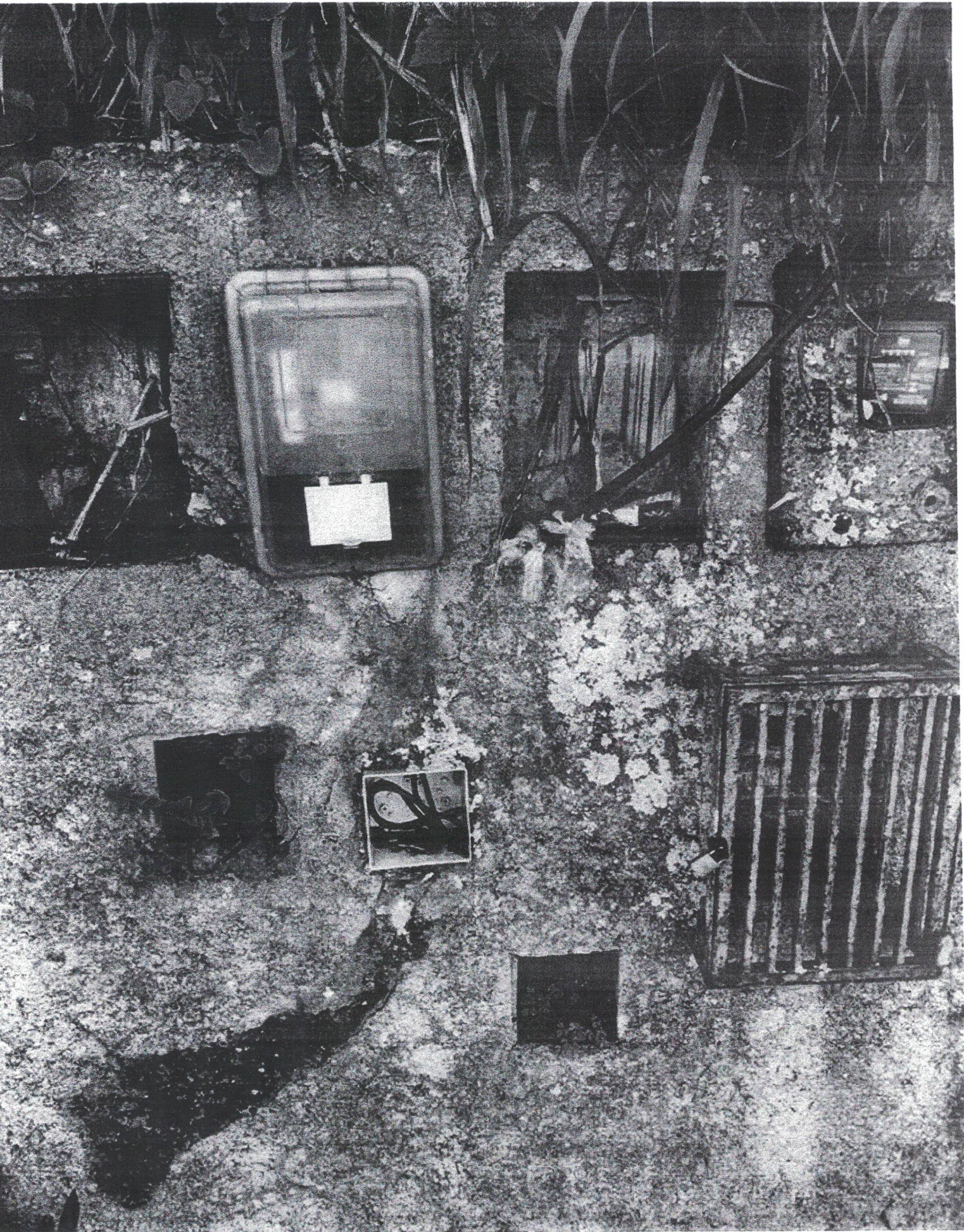
CMP N° 327142  
FOLHA N° 8  
1000













CMP Nº 5221/21

FOLHA Nº 11

*de*











CMP Nº	5221/21
FOLHA Nº	13
<i>[Assinatura]</i>	
SERVIDOR	

## Câmara Municipal de Petrópolis

Comissão de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo,  
Política Agrícola, Política Urbanística e Habitação.

Nº do Processo: 5221 Ano: 2021 Data: 30/06/2021

### Dados Cadastrais para Denominação de Logradouro Público

Município: Petrópolis

Distrito: 1º (2º) 3º 4º 5º

Tipo de Logradouro: ( ) Estrada ( ) Rua ☒ Servidão ( ) Travessa

Denominação Solicitada: Servidão José Luiz Alves

Extensão: \_\_\_\_\_ Bairro: Estrada da <sup>Sanidade</sup> Sub-Bairro \_\_\_\_\_

Rua Adjacente: Silvino Rodrigues Santos nº 453

Calçamento: ☒ Sim ( ) Não

Rede de Água: ☒ Sim ( ) Não

Rede de Esgoto: ☒ Sim ( ) Não

Meio - Fio: ( ) Sim ☒ Não

Coleta de Lixo: ☒ Sim ( ) Não

Iluminação Pública: ( ) Sim ☒ Não

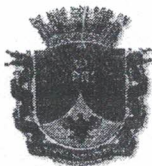
Canalização de Águas Pluviais: ☒ Sim ( ) Não

Tipo de Imóveis Residenciais: Casas Quantidade: 2

Conclusão: Tendo em vista a vistoria realizada no dia 25/06/2021, nós votamos favoravelmente ao processo.

Assinatura do Responsável pela vistoria: Murilo L. Rizzo





CMP Nº	5221/21
FOLHA Nº	14
SERVIDOR	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO**  
**DO SOLO, POLÍTICA URBANÍSTICA E HABITAÇÃO**

**PARECER FAVORÁVEL** Nº 625/2021

**REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 5221/2021**

**RELATOR: MARCELO LESSA**

**Ementa: DENOMINA "SERVIDÃO JOSÉ LUIZ ALVES" O LOGRADOURO PÚBLICO LOCALIZADO NO BAIRRO ESTRADA DA SAUDADE.**

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de um Projeto de Lei que denomina " Servidão José Luiz Alves" o Logradouro Público localizado na Rua Silvino Rodrigues Santos, nº 453, Estrada da Saudade.

Inicialmente, cumpre ressaltar as competências da Comissão de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habitação, conforme disposto pelo Art. 35, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis:

**Art. 35. Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:**

**XIV - Comissão de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habitação :**

a. exame e emissão de parecer sobre todas as proposições e matérias relativas à:

**1 - cadastro territorial do Município, planos gerais e parciais de urbanização ou reurbanização, zoneamento, uso e ocupação do solo;**

**II - VOTO:**

O Presente Projeto de Lei tem como objetivo denominar "Servidão José Luiz Alves " o Logradouro Público localizado na Rua Silvino Rodrigues Santos, nº 453, Estrada da Saudade.

A falta de nome oficial, pode criar dificuldades para os Moradores especialmente para o recebimento de correspondências e encomendas.

A inexistência de endereços com CEP ainda deixa os moradores sem possibilidade de comprovar residência ou pedir socorro para uma pessoa que esteja necessitando atendimento de urgência.

Conforme Lei Nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979, no Capítulo I, Disposições Preliminares, o Artigo 2º :


Art. 2º. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.

§ 5º A infra-estrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

§ 6º A infra-estrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo, de:

- I - vias de circulação;
- II - escoamento das águas pluviais;
- III - rede para o abastecimento de água potável;
- IV - soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

Segue em anexo, a foto da planta do local.

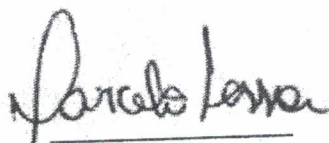
CMP Nº	5221121
FOLHA Nº	15
	
SERVIDOR	

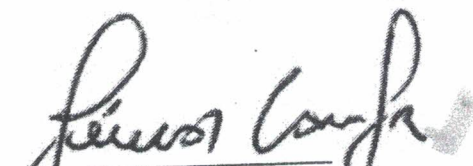
Ante o exposto, manifestamos Favoravelmente a tramitação desta proposição pois tem um dos requisitos básicos para ser denominado Logradouro.

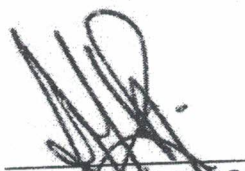
### III - PARECER DAS COMISSÕES:

A Comissão Permanente de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habitação (Presidente) manifesta-se **Favoravelmente** à tramitação desta proposição.

Sala das Comissões em 30 de Junho de 2021

  
MARCELO LESSA  
Presidente

  
JÚNIOR CORUJA  
Vice - Presidente

  
JÚNIOR PAIXÃO  
Vogal





CMP Nº	5221/21
FOLHA Nº	16
1902	
SERVIDOR	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER FAVORÁVEL Nº 869/2021**

**REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO Nº 5221/2021**

**RELATOR: DR. MAURO PERALTA**

**Ementa: DENOMINA "SERVIDÃO JOSÉ LUIZ ALVES" O LOGRADOURO PÚBLICO LOCALIZADO NO BAIRRO ESTRADA DA SAUDADE.**

Em consonância com os dispositivos elencados no **art. 52, §1º, inciso I, II e III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis**, segue o parecer:

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de um Projeto de Lei do Ilmo. Vereador Dudu; no qual denomina "Servidão José Luiz Alves" o logradouro público localizado no bairro Estrada da Saudade.

Inicialmente, cumpre ressaltar as competências da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, conforme disposto pelo **Art. 35, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis**., vejamos:

**Art. 35. Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:**

**I - Da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:**

a) aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental ou de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Casa ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;

b) em particular, admissibilidade de propostas de emenda à Lei Orgânica Municipal;

c) qualquer assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão ou em razão de recurso previsto neste Regimento;

d) exercício dos poderes municipais;

e) licença de Vereador, Prefeito ou Vice-Prefeito para ausentar-se do Município ou para interromper o exercício de suas funções;

f) desapropriações;

g) transferência temporária de sede do Governo;

h) redação do vencido e redação final das proposições em geral, ressalvado o disposto nos §§§ 3º, 4º e 5º do art. 115;

i) e ainda opinar sobre a oportunidade ou conveniência da matéria proposta."

Com base nas competências atribuídas à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, segue o voto:

**II - VOTO:**

O projeto de Lei em tela visa denominar "Servidão José Luiz Alves" o logradouro público de 145 metros de extensão, localizado na Rua Silvino Rodrigues Santos, nº 453, no bairro Estrada da Saudade.

A **Constituição da República** consagrou o Município como entidade federativa indispensável ao nosso sistema federativo, integrando-o na organização político-administrativa e garantindo-lhe plena autonomia, como se nota na análise dos **artigos 1º, 18, 29, 30 e 34, inciso VII, alínea c**, vejamos:

**Art. 1º.** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (...)

**Art. 18.** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

**Art. 29.** O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado (...)

**Art. 30.** Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

**Art. 34.** A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

VII – assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

c – autonomia municipal.

CMP Nº	5221/21
FOLHA Nº	17
SERVIDOR	

Essa autonomia municipal raramente é utilizada pelos mesmos em prol dos seus interesses, seja por desconhecer, por medo de uma reprovação caso a questão seja levada ao Poder Judiciário. A possibilidade de ser levada a questão para o judiciário não deve ganhar peso, pois o Município tem a sua autonomia garantida na nossa Carta Magna no **Art. 34, inciso VII alínea c**.

As competências legislativas do Município caracterizam-se pelo princípio da **predominância do interesse local**, que, apesar de difícil conceituação, refere-se àqueles interesses que disserem respeito mais diretamente às suas necessidades imediatas.

Ademais, o **Princípio da predominância do Interesse Local**, não sendo estudado mais profundamente pode levar o intérprete a colocar o referido Princípio em uma segunda categoria de importância, ou seja, gerando grave erro jurídico e de exegese.

O Município possui autonomia para legislar sobre temas de seu interesse. A sanção e até mesmo a promulgação de uma lei municipal demonstra uma das várias formas legítimas de atuação do mesmo, ou seja, legislar sobre assuntos de interesse local.

Podemos perceber se não for respeitado esse princípio, existe a previsão legal, da União intervir em um estado membro que não respeitar a autonomia municipal.

Neste sentido colacionamos um trecho do RE 702.848, rel. min. Celso de Mello, j. 29-4-2013, dec. Monocrática, DJE de 14-5-2013, com repercussão geral reconhecida com o mérito julgado, vejamos:

"Não vislumbro, no texto da Carta Política, a existência de obstáculo constitucional que possa inibir o exercício, pelo Município, da típica atribuição institucional que lhe pertence, fundada em título jurídico específico (CF, art. 30, I), para legislar, por autoridade própria. Na realidade, o Município, ao assim legislar, apoia-se em competência material – que lhe reservou a própria Constituição da República – cuja prática autoriza essa mesma pessoa política a dispor, em sede legal, sobre tema que reflete assunto de interesse eminentemente local."

Seguindo o raciocínio, a **Constituição do Estado do Rio de Janeiro no seu Art. 343**, assegura a autonomia municipal para legislar sobre assunto de interesse local, vejamos:

**Art. 343.** Os Municípios são unidades territoriais que integram a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotados de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição da República, por esta Constituição e pela respectiva Lei Orgânica. (grifo nosso)

A atividade legislativa municipal submete-se à Lei Orgânica dos municípios, à qual cabe o importante papel de definir, mesmo que exemplificativamente, as matérias de competência legislativa da Câmara, uma vez que a



13/08/2021

Constituição Federal (artigos 30 e 31) não as exaure, pois usa a expressão interesse local como catalisador dos assuntos de competência municipal. Essa função legislativa é exercida pela Câmara dos Vereadores, que é o órgão legislativo do município, em colaboração com o prefeito, a quem cabe também o poder de iniciativa das leis, assim como o poder de sancioná-las e promulgá-las, nos termos propostos como modelo, pelo processo legislativo municipal.

A Lei Orgânica do Município de Petrópolis, ao estabelecer, em seu artigo 37, inciso XII, como matéria de interesse local, e, conseqüentemente, de competência legislativa municipal, a disciplina de denominação de próprios, vias e logradouros públicos, representa legítimo exercício da competência legislativa municipal. Não há dúvida de que se trata de assunto predominantemente de interesse local, vejamos:

**Art. 37.** Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, exceto quando se tratar de leis orgânicas, dispor sobre as matérias de competência do Município e, especialmente:

**XII** – atribuir denominação a próprios, vias e logradouros públicos;

Neste sentido, o artigo supramencionado não incide desrespeitando à Separação de Poderes, pois “a denominação de próprios, vias e logradouros públicos” não pode ser limitada tão somente à questão de “atos de gestão do Executivo”, pois, no exercício dessa competência, o Poder Legislativo Municipal poderá realizar homenagens cívicas, bem como colaborar na concretização da memorização da história e da proteção do patrimônio cultural imaterial do Município.

A Lei Orgânica Municipal em nenhum momento, afastou expressamente a iniciativa concorrente para propositura do projeto de lei sobre matéria. Portanto, deve ser interpretada no sentido de não excluir a competência administrativa do Poder Executivo para a prática de atos de gestão referentes a matéria, mas, também, por estabelecer ao Poder Legislativo, no exercício de competência legislativa, baseada no princípio da predominância do interesse, a possibilidade de edição de leis para definir denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

Outrossim, precisamos interpretar o Art. 37, inciso XII da LOM conforme a Constituição, ou seja, no sentido da existência de uma coabitação normativa entre os Poderes Executivo (decreto) e o Legislativo (lei formal), para o exercício da competência destinada a “denominação de próprios, vias e logradouros públicos”, cada qual no âmbito de suas atribuições.

Neste sentido, o **Art. 16, § 3º da Lei Orgânica Municipal** permite que esta iniciativa seja proposta pelo Município, cujo teor transcrevemos:

**Art. 16.** Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população:

**§ 3º** As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual.

Ademais, o **art. 59, Caput da Lei Orgânica Municipal** dispõe sobre a iniciativa das leis, sendo elas a qualquer Vereador. *In Verbis*:

**Art. 59.** A Iniciativa das leis cabe a qualquer **Vereador**, Comissão Permanente da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, sendo que estes últimos a exercerão sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município no último pleito eleitoral, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

FOLHA Nº 18	
SERVIDOR	

### III – DOS REQUISITOS:

Compulsando os autos do processo legislativo em tela, **percebemos que o mesmo está em conformidade com o que dispõe e determina o art. 79, §2º do RICMP**, ou seja, possui justificativa esclarecendo em síntese as razões, abaixo assinado dos moradores do logradouro em questão e dados biográficos do homenageado comprovando a sua ligação com o local ora denominado, vejamos:

**Art. 79.** Os projetos deverão ser divididos em artigos numerados, redigidos de forma concisa e clara, precedidos, sempre, de emenda enunciativa de seu objeto.

**§2º** Todo projeto terá uma justificativa que procure esclarecer as razões e os fundamentos da proposição e os projetos de denominação de logradouros conterão, além disso, abaixo assinado dos moradores do logradouro em questão e dados biográficos do homenageado e de suas possíveis ligações com o local da denominação.


Ante o exposto, não há óbice à tramitação da presente proposição, tendo em vista que esta proposição preenche todos os requisitos constitucionais e regimentais para tal. Motivo pelo qual nos manifestamos de forma **FAVORÁVEL** à sua apreciação em Plenário.

#### IV - PARECER DAS COMISSÕES:

A Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação (Vogal) manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação desta proposição.

Sala das Comissões em 06 de Agosto de 2021

  
GIL MAGNO  
Presidente

  
OCTAVIO SAMPAIO  
Vice - Presidente

  
DR. MAURO PERALTA  
Vogal

  
YURI MOURA  
Vogal

CMP Nº	5221/21
FOLHA Nº	19
SERVIDOR	





**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**

CMP Nº	5221121
FOLHA Nº	20
MAURO PERALTA	
SERVIDOR	

**TIPO DE DOCUMENTO: PROJETO DE LEI Nº 177/2021**

**PROCESSO: 5221/2021**

**DATA DE AUTUAÇÃO: 20/05/2021**

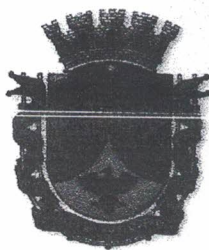
**REQUERENTE: DUDU**

**ASSUNTO:**

DENOMINA "SERVIDÃO JOSÉ LUIZ ALVES" O LOGRADOURO PÚBLICO LOCALIZADO NO BAIRRO ESTRADA DA SAUDADE.

16/08/2021	Encaminhado ao setor Pronto para Votar
16/08/2021	Processo recebido no setor
13/08/2021	Encaminhado ao setor Apoio às Comissões
13/08/2021	Parecer Favorável definido pelo relator DR. MAURO PERALTA
06/08/2021	Parecer Favorável distribuído para assinatura por DR. MAURO PERALTA!
12/07/2021	Definida Relatoria - Vereador DR. MAURO PERALTA com prazo de 3 dias úteis
12/07/2021	Recebido na Comissão
08/07/2021	Encaminhado a Comissão CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - Vencimento 19/07/2021
08/07/2021	Processo recebido no setor
05/07/2021	Encaminhado ao setor Apoio às Comissões
05/07/2021	Parecer Favorável definido pelo relator MARCELO LESSA
30/06/2021	Parecer Favorável distribuído para assinatura por MARCELO LESSA!
17/06/2021	Definida Relatoria - Vereador MARCELO LESSA com prazo de 7 dias corridos
01/06/2021	Recebido na Comissão
01/06/2021	Encaminhado a Comissão Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habitação - Vencimento 10/06/2021
01/06/2021	Processo recebido no setor
01/06/2021	Encaminhado ao setor Apoio às Comissões
01/06/2021	Processo recebido no setor
01/06/2021	Lido no Expediente - Sessão de Terça - feira, 01 de Junho de 2021
01/06/2021	Encaminhado ao setor Diretoria Legislativa
31/05/2021	Inclusa no Expediente - Sessão de 01/06/2021 as 16:00
24/05/2021	Movimentação do Processo estornada para Para Leitura
20/05/2021	Encaminhado ao setor Autor
20/05/2021	Encaminhado ao setor Para Leitura
20/05/2021	Entrada no Protocolo Geral - Regime de tramitação Ordinário





**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**

OFICIO PRE-LEG Nº 0583/2021

Petrópolis, 17 de Novembro de 2021

Senhor Prefeito,

Pelo presente encaminho a V.Ex<sup>a</sup>., o Autógrafo de Lei do Projeto de Lei CMP 5221/2021 que: "DENOMINA "SERVIDÃO JOSÉ LUIZ ALVES" O LOGRADOURO PÚBLICO LOCALIZADO NO BAIRRO ESTRADA DA SAUDADE.", de autoria do Vereador DUDU, aprovado em reunião realizada em Sessão Ordinária de 16/11/2021.

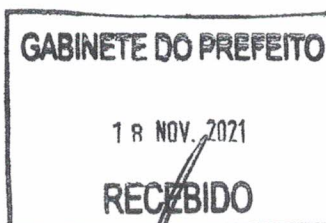
Sem mais, renovo os protestos de estima e consideração.



FRED PROCÓPIO

Presidente Interino

Exmo. Sr  
Hingo Hammes  
Prefeito Interino do Município de Petrópolis  
E/M



Alberto Babo Junior  
Matrícula: 23657-8